

# Jornal dos Criadores

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES - ANO VII - Nº 62 - JANEIRO/FEVEREIRO 2008

## Brasil-União Européia:

# Agora vai?

Não se sabe quando as vendas de carne bovina *in natura* para os países da União Européia voltarão ao patamar anterior. Mas talvez essa nem seja mesmo a questão fundamental. Depois do embargo, anunciado em 30 de janeiro e suspenso em 27 de fevereiro, o mais importante é ter certo que o Brasil conseguirá montar um sistema de rastreabilidade que seja, a um só tempo, exequível

para o pecuarista, eficaz em seu funcionamento e confiável perante os clientes. No ano passado, o Brasil exportou 1.285.807 toneladas de carne bovina *in natura*; 185.160 toneladas (14,4%) foram para a Europa. Dos US\$ 3,48 bilhões que o País recebeu pelo total das exportações do produto, os europeus pagaram US\$ 1,02 bilhão (29,5%).  
*Págs. 2, 7 e 8.*

## Festa da agropecuária na ABC



Senadora Kátia Abreu recebe homenagem do presidente da ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira.



A sede da ABC, em São Paulo, ficou repleta de associados e convidados na noite de 17 de dezembro. Eles estavam lá para endossar a iniciativa da Associação em prestar homenagens à senadora Kátia Abreu, como personalidade do ano de 2007 da agropecuária brasileira, e aos engenheiros agrônomos Fernando Penteadó Cardoso e Paulo Fernando Machado, por suas contribuições à pecuária de corte e de leite, respectivamente. *Págs. 3 a 6.*

Na noite em que homenageou os destaques da agropecuária, a ABC comemorou 81 anos de fundação.

# O desastre anunciado

Como é do conhecimento de todos, a pecuária brasileira vive um momento extremamente complicado. E por quê? Porque, como todos já sabiam, um desastre anunciado há muitos anos finalmente aconteceu: o embargo pela União Européia das importações de carne bovina *in natura* brasileira.

A ABC participa ativamente do processo como membro do Sisbov desde 2002, início do sistema de rastreabilidade bovina no Brasil. E como ativa participante desse processo, defende a rastreabilidade de forma integral, como uma ferramenta para a evolução da pecuária e do controle sanitário, em atendimento às normas de produção para a exportação aos mercados internacionais.

E por que a ABC tem essa posição? Porque a rastreabilidade possibilita a certificação de qualidade de um produto; é uma garantia de segurança alimentar e sanitária. Ou seja, um produto rastreado é um produto com valor agregado, além de atender condições de nossos parceiros e clientes. Afinal, não dizemos que o "o cliente sempre tem razão?"

E por que, no caso da carne para a União Européia, não fazemos isso? Decorridos seis anos, a rastreabilidade padece de uma definição clara; nesse período houve sucessivas mudanças no Sisbov, com o governo perdido no emaranhado político e técnico, pecuaristas desanimados e descrentes, consumidores e importadores exigentes. Tudo isso contribuiu para essa situação atual, confusa, mas que necessita, sobretudo, de entendimento.

A rastreabilidade bovina tem que continuar. É um avanço e uma exigência dos tempos modernos. Não só para a UE, mas

evoluir para toda exportação, pois outros países seguirão o exemplo dos europeus. É bom pensar também no mercado interno, num prazo médio. Afinal, nosso consumidor também merece qualidade e sanidade.

O que precisamos é corrigir os erros e também punir aqueles que erram e/ou que fraudam. Assim caminharemos para um processo integral de rastreabilidade e poderemos garantir o sistema da produção do bezerro ao consumidor final.

Está na hora de mudar e evoluir – e não tenhamos medo de fazer isso. Em meados de fevereiro, procurei que fui pelas emissoras, dei entrevistas à Rádio CBN e à TV Globo News, de grande repercussão, defendendo o processo de rastreabilidade no Brasil. Devemos negociar com a UE, pois recorrer à OMC implicará uma ação protelatória, morosa e que certamente não resolverá o caso. É necessário também que pecuaristas, frigoríficos e certificadoras negociem e assumam suas respectivas responsabilidades no sistema.

Há bastante tempo que a UE cobra do Brasil um sistema eficiente de rastreabilidade e vem ao Brasil vistoriar o nosso processo de produção de carne bovina.

Há muito tempo a ABC, através deste jornal, diz que o importador é nosso melhor cliente. E por que não atendê-lo? Precisamos acabar com a mentalidade retrograda de achar que "eles" querem nos impor condições e dar ordens! O cliente exige; o fornecedor, se quer, atende e vende!

Chegou a hora de evoluir! A visita dos técnicos da UE em novembro passado constatou o desastre anunciado! Chega de pedir mudanças, prazos e de propor alteração no sistema de rastreabilidade, in-

compatíveis com as técnicas e práticas que não garantam a segurança alimentar.

Erros foram constatados. Quando vamos mudar? Nossa pecuária é de qualidade; a sanidade, ótima; a genética, excelente; mas algumas práticas, são péssimas. Erramos todos, pecuaristas, certificadoras, entidades, frigoríficos e, sobretudo, o Ministério da Agricultura.

Como a ABC apregoa desde 2002, rastrear é certo, certificar é preciso! Aperfeiçoar, corrigir, mudar, faz parte do processo.

Chegou a hora! Precisamos nos preparar e, mesmo antes da chegada da próxima missão da UE, providenciar correções, encadear negociações entre todos os membros da cadeia produtiva para a solução dos problemas e a reconstrução de um sistema que definitivamente atenda aos interesses de todos.

Muda Brasil! A rastreabilidade veio para ficar.

Luis Alberto Moreira Ferreira  
Presidente da Diretoria Executiva



## Associação Brasileira de Criadores

Av. José César de Oliveira, 181 – 11.º andar  
Vila Leopoldina  
05317-000 São Paulo, SP.  
Fone: (11) 3832-9369 Fax: (11) 3831-2731  
abc@abccriadores.com.br  
www.abccriadores.com.br

A Associação Brasileira de Criadores, fundada em 20 de dezembro de 1926 com o nome de Associação Paulista de Criadores de Bovinos, é reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual n.º 33.811, de 20 de outubro de 1958. Registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob n.º 35, como jurisdição nacional.

### DIRETORIA

**Presidente** Luis Alberto Moreira Ferreira  
**Vices-presidente** Ney Soares Piegas, Luiz Francisco Pavan Silveira.  
**Secretários** Eduardo Nunes Gusso, Wanda Pompeu Geribello.  
**Tesoureiros** Francisco Márcio da Costa Carvalho, Paulo Affonseca de Barros Faria Junior.

### CONSELHO DELIBERATIVO

**Presidente** Nelson Luiz Baeta Neves  
**Vice-presidente** Carlos Eduardo Moreira Ferreira  
**Conselheiros natos** Guilherme Monteiro Junqueira, José Cassiano Gomes dos Reis

Junior, Luis Alberto Moreira Ferreira.

**Conselheiros efetivos** Roberto Rodrigues, Silvio Maria Crespi, Eduardo Dias Roxo Nobre, José Luiz de Paula Eduardo, José Roberto Ferreira Martins, José Ricardo S. Rezende.

**Conselheiros suplentes** Joaquim de Alcântara Machado D'Oliveira, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Greice Mara Martins Gomes Martins da Silva, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, Marcio Pereira Lima, Jair Martineli, José Edgard Pereira Barretto Filho, José Eduardo Monteiro de Barros.

### CONSELHO FISCAL

**Efetivos** Eugênio Salgueiro Gomes, Maria Aparecida Bouchardet, Sérgio Luiz Xavier Porto.  
**Suplentes** César Augusto Canto, Newton Ferreira da Silva.

### acadêmica

O Jornal dos Criadores é editado pela **Acadêmica Agência de Comunicação** Rua Engenheiro José Sá Rocha 61, São Paulo, SP. (11) 5081-5237.  
**Edição** José Roberto Ferreira  
**Reportagem** Angela Trabbold  
**Projeto gráfico e editoração** A. C. Prado

# Força e propósitos renovados

*Comemoração dos 81 anos da ABC reúne pecuaristas e lideranças do agronegócio. Homenageados são o destaque.*



Como já se tornou tradição nos últimos anos, a Associação Brasileira de Criadores comemorou seu aniversário homenageando personalidades que se destacam na agropecuária brasileira. A comemoração pelo 81º aniversário da ABC ocorreu na noite de 17 de dezembro, em sua sede, em São Paulo. Como personalidade do ano, a homenageada foi a senadora Kátia Abreu. Já os destaques da pecuária de corte e de leite foram, respectivamente, os engenheiros agrônomos Fernando Penteadado Cardoso e Paulo Fernando Machado.

“Ao expressar seu reconhecimento a quem luta pelo progresso da agropecuária brasileira, a Associação Brasileira de Criadores renova suas forças e reafirma seus propósitos”, disse o presidente da ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira, durante a abertura do evento. “Nossos homenageados são soldados, cada um em sua frente de luta, fazendo por si e para todos; transbordando para a sociedade suas vitórias pessoais e trazendo benefícios imensuráveis para a pecuária brasileira”.

Como ocorre em todos os anos, cada um dos homenageados de 2007 recebeu da ABC uma placa e uma faca artesanal para churrasco. Para uma platéia de diretores e associados da ABC e de lideranças, empresários e profissionais do agronegócio, eles contaram um pouco de suas trajetórias profissionais que, nas palavras do presidente da ABC, podem ser resumidas da seguinte forma: Kátia Abreu, uma indiscutível liderança rural, referência de dignidade e luta; Fernando Penteadado Cardoso, um exemplo de vida que já faz parte da história da agropecuária brasileira; e Paulo Fernando Machado, profundo conhecedor da pecuária leiteira, a quem muito deve este segmento do agronegócio.

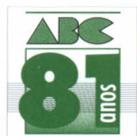
Veja, nas páginas seguintes, uma síntese do que disseram os homenageados na noite de 17 de dezembro.

## GALERIA ABC - 81 ANOS



# A Anita Garibaldi do agronegócio

*Por suas palavras e atos, a senadora Kátia Abreu mostra que a ABC acertou em cheio ao homenageá-la como Personalidade do Ano.*



Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, costuma se referir à senadora Kátia Abreu como a Anita Garibaldi do agronegócio brasileiro, numa alusão à coragem e à dedicação com que ela defende os interesses do setor. Natural de Goiânia, psicóloga, mãe de três filhos, Kátia Regina de Abreu tornou-se chefe de família e empresária rural aos 25 anos de idade, com a morte precoce do marido. Quando assumiu os negócios da família, não sabia distinguir um boi de uma vaca. Passados vinte anos, ela não só provou ser bem-sucedida num universo predominantemente masculino como também enveredou pela luta classista e partidária.

De 1995 a 2005, presidiu a Federação da Agricultura do Estado do Tocantins e desde o ano passado ocupa uma vice-presidência da CNA. Deputada federal mais votada em 2002 pelo Tocantins, ganhou destaque nacional ao coordenar a Frente Parlamentar da Agricultura do Congresso Nacional. Em 2006 foi eleita para o Senado, onde é titular nas comissões

de Agricultura e Reforma Agrária; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos.

Como Deputada Federal foi autora de importantes projetos, como o que regulamenta a comercialização de organismos geneticamente modificados e o que aumenta o controle de agrotóxicos. Agora, como senadora, Kátia Abreu está trabalhando para atacar o ponto que, na sua opinião, é o mais importante para elevar a competitividade do setor: a diminuição dos custos da produção.

Para a senadora, isso se alcança resolvendo cada gargalo do setor, a começar pela logística. Fora a melhoria das condições das estradas, a expansão da malha ferroviária e a modernização dos portos, ela é uma defensora incansável das hidrovias. “Apenas no Centro-Oeste temos o equivalente a três rios Mississippi (Madeira, Tapajós e Tocantins), todos eles sendo cadastrados do ponto de vista hidroviário, embora saibamos que este é o meio de transporte mais barato, menos poluente e mais democrático”, diz ela, acrescentando que o governo, na pressa de construir

hidrelétricas por medo do apagão, está deixando de lado projetos declusas, imprescindíveis para a implantação das hidrovias.

A diminuição dos custos do setor, na sua avaliação, pode ser alcançada de forma cumulativa. Se o impasse da engenharia genética fosse resolvido, por exemplo, os produtores brasileiros poderiam usufruir da mesma linha de transgênicos que os países de Primeiro Mundo usam. “Também com relação aos defensivos genéricos, que seria uma outra forma de diminuir os custos, já tivemos alguns avanços, mas precisamos avançar ainda mais. Seria 20% de economia com os transgênicos, mais 20% com o defensivo genérico, e assim por diante.”

Kátia Abreu lembra que, da porteira para dentro, o produtor tem trabalhado duro para diminuir custos e aumentar sua competitividade, de forma a enfrentar os competidores externos. “Mas quando abrimos nossas porteiras vemos que o governo não tem feito a sua parte”, diz. Na sua avaliação, a única forma de mudar isso é pressionando o Congresso Nacional, e cabe à sociedade civil esse papel.

“O agronegócio é responsável por 1/3 dos empregos que são gerados, 1/3 das exportações e 1/3 do PIB brasileiro. É um grande negócio e já não pertence mais só aos produtores. Já é da sociedade brasileira e, portanto, é uma questão de Estado proteger esse segmento”, finaliza.



O ex-ministro Roberto Rodrigues entregou à senadora Kátia Abreu a placa que registra a homenagem da ABC como personalidade do ano.

# Muito além da técnica

*Para Paulo Fernando Machado, sucesso da pecuária leiteira depende da união entre boa capacidade gerencial e conhecimento técnico.*



Quando o engenheiro agrônomo Paulo Fernando Machado se graduou, em 1974, ele foi trabalhar na área de análises de projetos de pecuária leiteira do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Por anos, ele analisou centenas de projetos, sem que, entretanto, nenhum deles obtivesse êxito. Achando que o problema estava na falta de conhecimento técnico para elaborar e implantar projetos, Machado voltou a estudar. Fez mestrado, doutorado, pós-doutorado, mas, apesar de todo esse estoque de conhecimento, ele não conseguia encontrar uma fórmula que garantisse a lucratividade da pecuária leiteira.

Até que um dia foi visitar um pequeno sítio no interior de São Paulo, onde a produtividade média das vacas era de 40 litros – na época, o dobro do alcançado nas melhores fazendas. Ali descobriu que só o conhecimento técnico não garantiria o sucesso do negócio. Era necessário também ter foco em gestão.

“Voltei a estudar, mas desta vez com foco na gestão de negócios”, conta ele. Hoje, Machado coordena há 11 anos a Clínica do Leite do Departamento de Zootecnia da Esalq/USP, onde é professor. A Clínica tem a missão de fornecer ferramentas para o produtor de leite melhorar o gerenciamento do seu negócio – de análises laboratoriais para avaliar a qualidade do leite a softwares gerenciais e financeiros, e cursos de gestão.

A aplicação dessas ferramentas mostra que o gerenciamento, se bem feito e aliado ao conhecimento técnico, pode fazer com que a pecuária de leite tenha tanto sucesso quanto qualquer outro negócio. “São ferramentas bastante apropriadas e ajustadas para a produção de leite, e que funcionam perfeitamente porque nós já treinamos mais de 500 produtores e os resultados têm sido muito bons”, ressalta.

Na sua avaliação, não é o setor que tem baixa rentabilidade. “Existem fazendas com rentabilidade altíssima, pessoas ganhando dinheiro com leite



**Paulo Machado (esquerda) recebe homenagem de Nelson Baeta Neves, presidente do Conselho Deliberativo da ABC.**



**Paulo Machado (centro), com as filhas Renata e Ana Paula, a esposa Maria Angélica e o amigo Carlos Alberto de Souza.**

e de forma expressiva. Mas há regiões que são mais problemáticas; onde não há uma indústria desenvolvida, há canais de venda em número insuficiente, preço do leite mais reduzido, etc”.

Para Machado, a falta de conhecimento gerencial, da parte do produtor, é o maior entrave na eficiência da pecuária leiteira. “É uma falha muito grande porque temos exemplos de fazendas pequenas, com investimento reduzido, e, no entanto, graças ao conhecimento gerencial, elas têm uma eficiência muito grande – o que se reflete não apenas nos ganhos de lucro, mas também na qualidade dos produtos”, afirma.

Machado acredita que existe espa-

ço para os produtores que quiserem investir na qualidade do leite. Ele lembra que em 2007 dois fatos importantes ocorreram na pecuária: um foi o aumento do preço, que pela primeira vez chegou ao consumidor e este continuou a comprar leite, o que mostra que a população valoriza o produto. O outro fato foram as fraudes, que evidenciaram o quanto a sociedade abomina o que foi feito. “Isso mostra que a população sabe a importância que o leite tem para a saúde e, portanto, nós não precisamos fazer propaganda. O que nós precisamos, sim, é ter leite de qualidade e mostrar para a população o que é leite de qualidade”.



O vice-diretor da Esalq, Natal Antonio Vello, entrega o presente da ABC a Fernando Penteado Cardoso.

## Em defesa das pastagens

*Engenheiro agrônomo e empresário, Fernando Penteado Cardoso teme retrocesso na produção brasileira de carne bovina.*



A homenagem que recebeu da ABC se soma a de muitas outras entidades da agropecuária que também reconheceram em Fernando Penteado Cardoso um patrimônio de amplo espectro (moral, técnico, intelectual) da pecuária brasileira. Engenheiro agrônomo formado pela Esalq/USP como melhor aluno de sua turma, fundou e dirigiu a Manah, foi Secretário da Agricultura (SP), presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (SP), colaborou com várias instituições e recebeu uma série de condecorações, como a Medalha Ordem do Ipiranga (SP), o Diploma de “Agrônomo do Ano 1989”, a Grande Medalha da Inconfidência (MG) e o Prêmio Mérito do Governo do Estado de SP.

Depois de ceder o controle acionário do Grupo Manah (fertilizantes e gado de corte), Fernando Penteado Cardoso decidiu que era hora de retribuir tudo o que a agropecuária havia proporcionado à sua carreira e, em 2001, criou a Fundação Agrisus com o objetivo de financiar projetos

de pesquisa e ensino relacionados com a fertilidade do solo. Embora tenha foco na sustentabilidade da agricultura, os projetos bancados pela Agrisus também beneficiam a pecuária porque, na visão de seu fundador, a recuperação dos solos das pastagens é hoje uma peça fundamental para o desenvolvimento do setor.

Do alto de seus 93 anos, Cardoso tem essa visão porque pôde acompanhar todas as fases da pecuária brasileira: a das pastagens naturais, quando menino, na fazenda do avô. Depois, a fase das pastagens em terras

férteis, época em que o gado de outras regiões era conduzido para Araçatuba e Barretos para ser terminado. “Quando a plantação de café começou a migrar para outros estados, por causa do esgotamento do solo, deu-se início à fase das pastagens plantadas”, relembra. De início, o capim gordura e depois o braquiária, que sucedeu o arroz no cerrado.

“Eram milhões de hectares de arroz e quando o terreno ficava infestado de ervas daninhas – na época não havia herbicida adequado para o arroz –, misturava-se a semente da braquiária no adubo”, conta. Em pouco tempo, milhares de hectares foram transformados em pastagens para o Nelore. O avanço da pecuária para as áreas de floresta, algo que era estimulado pelos governos, foi uma consequência natural da expansão da atividade.

“Hoje, a mata é considerada intocável, mas espero que essa visão mude”, diz Fernando Penteado Cardoso, que teme pelo futuro da pecuária em razão disto. Ele vê com preocupação a resistência dos produtores em recuperar as pastagens quando o solo se desgasta. “Em vez de investir em fertilizantes, que é a única forma de recuperar o solo, os produtores acabam optando por plantar cana-de-açúcar, o que leva a pecuária a migrar para outras regiões”, acrescenta. O problema é que, ao mesmo tempo em que as pastagens decaem e se reduzem por causa desta substituição (pastagem-cana), há uma tendência de se evitar o avanço da atividade na floresta. “De modo que não duvido nada que haja um retrocesso e a pecuária torne-se um produto de consumo exclusivamente nacional”, ressalta.



Fernando Cardoso e a esposa, Magdalena Leme Cardoso.

# Fim do embargo!

## Fim dos problemas?

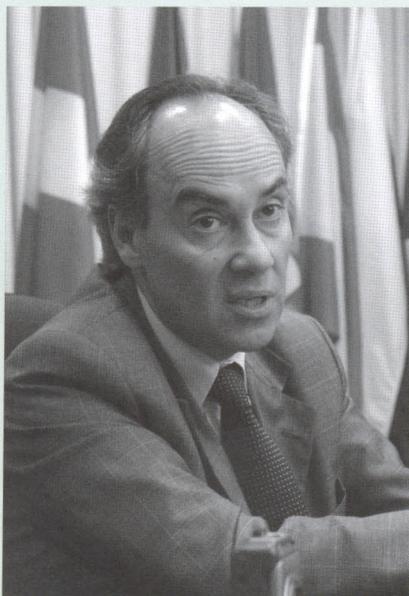
*Europeus deram um jeito de obrigar o Brasil a fazer rastreabilidade*

O encerramento do embargo europeu às importações de carne bovina brasileira, anunciado no dia 27 de fevereiro, foi comemorado no Brasil. Mesmo que quase simbólico – naquele momento, somente 106 propriedades estavam qualificadas pela União Européia (UE) para enviar bois ao abate –, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, viu na reabertura do mercado europeu às exportações de carnes “um sinal positivo, que restabelece a confiança na rastreabilidade brasileira”.

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Antonio Jorge Camardelli, a notícia foi “muito boa” e demonstra que o problema brasileiro “não era sanitário, mas sim um conflito de números”. Já o presidente da Associação Brasileira de Criadores (ABC), Luis Alberto Moreira Ferreira, avalia que os europeus “tomaram uma medida sensata”, mas, ao mesmo tempo, mostraram que não estão mais dispostos a ouvir promessas: “Ao promover o embargo, a União Européia deixou claro que ela pode novamente tomar medidas drásticas caso a rastreabilidade não seja implantada de maneira séria no Brasil”.

E parece mesmo ir nessa direção a possibilidade de ser ampliado o número de fazendas habilitadas a ter animais para exportação. Já no dia do anúncio do fim do embargo – 27 de fevereiro –, o embaixador da UE no Brasil, o português João Pacheco, disse que a suspensão do embargo vai se estender a outras fazendas de gado à medida em que as autoridades apresentem os certificados das auditorias efetuadas pelos serviços veterinários brasileiros.

“Tudo vai depender agora do



**João Pacheco: ampliação do número de fazendas vai depender das auditorias**

que o governo brasileiro nos enviar. O governo tem que auditar as fazendas e enviar-nos uma nova lista. Nós vamos verificar se está bem, vamos publicar a lista e depois inspecionar”, explicou João Pacheco.

### Pós auditoria

O chefe da representação da UE acrescentou que a decisão pelo fim do embargo foi tomada depois de o Brasil ter enviado, alguns dias antes à Comissão Européia, a lista das 106 propriedades, com os respectivos relatórios das auditorias realizadas pelos fiscais brasileiros. “As auditorias comprovam que as fazendas estão a cumprir todos os requisitos para exportar a carne para a UE”. Uma missão de veterinários da UE que se encontrava no Brasil iria fiscalizar uma amostragem das 106 propriedades.

João Pacheco destacou que “não há qualquer limite quantitativo” de propriedades que podem exportar carne para a União Européia, desde que cumpram os requisitos exigidos. O chefe da representação da UE no Brasil frisou ainda que o nível de exigência para os produtores brasileiros é o mesmo que

para os argentinos e os uruguaios e inferior ao da Europa.

João Pacheco adiantou que o argumento dos brasileiros de que os europeus são protecionistas “não passa em Bruxelas”. “É uma espécie de desculpa para alguns não fazerem o que têm de fazer”, opinou. O diplomata considerou ainda que não há base para que o caso seja levado pelo Brasil à Organização Mundial do Comércio (OMC) e adiantou que os europeus não vão aliviar as exigências sobre o sistema de fiscalização.

Por outro lado, Pacheco acredita que o episódio não deve afetar as relações entre o Brasil e os países da UE. “Temos uma relação muito mais larga, em termos de parceria estratégica, em termos econômicos e comerciais. É, de longe, muito mais importante do que esses pequenos casos”, afirmou Pacheco.

### Mil propriedades

O ministro Stephanes endossou as palavras do embaixador da UE, ao declarar que outras fazendas serão habilitadas à medida que cumprirem as exigências da legislação brasileira.

Stephanes avaliou que o restabelecimento do comércio de carnes com os europeus deve ocorrer ao longo deste ano e estimou que será necessária a habilitação de mais de mil propriedades. Ele lembrou que toda a cadeia produtiva e o Ministério da Agricultura estão se estruturando para mudanças nas normas do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov). “A simplificação destas normas não comprometerá a rastreabilidade”, garantiu. Ele reafirmou que o Brasil não tem problemas sanitários e em relação à União Européia “foram apenas questões ligadas à rastreabilidade, que serão progressivamente sanadas, permitindo novas habilitações”.

Em relação ao fim do embargo, o ministro informou que os audito-

res europeus ficaram 48 horas examinando documentos em poder do Mapa e comprovaram a seriedade do trabalho desenvolvido.

O ministro Stephanes destacou que as propriedades que ainda não constam do relatório poderão reconquistar a posição na medida em que cumprirem as normas do Sisbov.

### Trabalho continua

O encerramento do embargo não arrefeceu o trabalho da missão veterinária da União Européia que chegou ao Brasil no dia 25 de fevereiro com o objetivo de visitar cerca de 35 fazendas, localizadas nos estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que compõem a área habilitada

a exportar carne bovina *in natura* para a União Européia.

Além de inspecionar as fazendas, os europeus fizeram auditorias no Sisbov e nas operações de trânsito de animais entre as áreas habilitadas e não habilitadas à exportação para a UE.

No dia 14 de março, os técnicos europeus e do Mapa tinham agendada uma reunião de avaliação sobre a visita, cujo resultado servirá de base para tomada de decisão e estabelecimento de critérios para futuras definições de propriedades autorizadas a exportar para a União Européia.

### A confusão das listas

Os europeus suspenderam as importações da carne brasileira no dia 30 de janeiro. O Brasil inicial-

mente submeteu uma lista com mais de 2.600 propriedades agrícolas, que foi rejeitada pela UE pois o bloco considerava que apenas cerca de 300 fazendas estariam aptas.

Posteriormente, uma nova relação, com cerca de 600 fazendas, também não foi aceita pelos europeus. Para João Pacheco, pode ter havido um problema de interpretação do governo brasileiro em relação ao número de fazendas que estariam aptas a exportar. Ele afirmou que a indicação de limitar o comércio a 300 fazendas foi apenas uma recomendação, não uma limitação.

"Foi uma recomendação, para que não nos enviassem uma lista muito maior, para que depois fôssemos fazer uma inspeção e as coisas não estivessem bem", declarou.

## Mais uma chance para o Sisbov

O xis da questão na novela Brasil-União Européia está na rastreabilidade. Se o País tivesse feito o que se propôs em relação ao Sisbov, não estaria passando pela atual situação de desconforto. O problema, porém, é que o Sisbov nunca foi levado muito a sério – nem pelo governo, nem pelos frigoríficos e nem por um número expressivo de pecuaristas.

O Sisbov foi instituído em 9 de janeiro de 2002, estabelecendo os seguintes prazos para o registro em sua base de dados: até julho de 2002, os animais cuja carne seria exportada para a União Européia; até dezembro de 2003, para os demais mercados importadores; até dezembro de 2007, os animais destinados ao mercado brasileiro. Esses prazos, como se sabe, não foram cumpridos – o que viria a se tornar uma característica do Sisbov. A sucessão de fracassos levou o Mapa à criação, em 14 de julho de 2006, do “novo Sisbov”, que instituiu o conceito de “Esta-

belecimento Rural Aprovado Sisbov (ERAS)” como forma de garantir a rastreabilidade na propriedade exportadora de carne.

De acordo com as novas regras, todos os animais dos ERAS devem ser obrigatoriamente identificados individualmente. Os animais nascidos em um ERAS deverão receber identificação logo após a desmama, no prazo máximo de dez meses, e antes da primeira movimentação. Quanto à identificação, o produtor poderá optar pelo brinco simples ou pela marcação a fogo, tatuagem ou chip eletrônico, desde que acompanhados de brinco auricular ou bottom nos padrões do Sisbov. A partir de janeiro de 2009 a movimentação dos animais rastreados estará restrita a estabelecimentos aprovados.

A Base Nacional de Dados dos bovinos e bubalinos rastreados continua sob responsabilidade do Sisbov, sendo alimentada pelas certificadoras credenciadas pelo Mapa, frigoríficos exportadores

e órgãos ligados ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Pecuária. O produtor fica obrigado a comunicar aos órgãos sanitários e às certificadoras, em no máximo 30 dias, qualquer movimentação do rebanho rastreado. As certificadoras, por sua vez, terão 72 horas para reportar ao Sisbov.

Uma vantagem adicional do novo sistema está na gestão da propriedade. Uma das exigências é que a fazenda aprovada apresente à certificadora um plano de gestão, atentando para a qualidade da produção, manejos sanitário e alimentar, assim como controle de informações referentes ao bem-estar animal. Como consequência, o criador poderá usar essa ferramenta para acompanhar sua produção, identificar eventuais falhas e evitar prejuízos.

Os pecuaristas tiveram até 31 de dezembro de 2007 para se adequar às regras do “novo Sisbov”, data em que o “velho Sisbov” deixou de existir.